

## EDUCAÇÃO AFETIVO-SEXUAL NAS ESCOLAS: ASPECTOS CONCEITUAIS E PRÁTICOS

Rita de Cássia Ferreira dos Santos<sup>1</sup>  
Alex Sandro Gomes Pessoa<sup>2</sup>  
Renata Maria Coimbra Libório<sup>3</sup>  
FCT – UNESP/ Presidente Prudente

### INTRODUÇÃO

A sexualidade é um assunto que sempre esteve presente na escola, no entanto, ela sempre foi negada e mesmo os alunos mostrando grande interesse pelo assunto, o tema sempre ficou à margem do que a escola faz, se restringindo ao prisma biológico.

Atualmente não se pode mais fechar os olhos, o tema da sexualidade está na “ordem do dia” da escola. O tema ultrapassa as conversas durante o intervalo, os bilhetinhos, as conversas paralelas durante as aulas e se transformou em necessidade social de responsabilidade não só da família, mas também do Estado. Segundo Altmann “é tema de capítulos de livros didáticos, bem como de músicas, danças e brincadeiras que animam recreios e festas.” (2001, p. 575).

Apesar de tamanha exposição, discutir este assunto na escola ainda é um desafio. A idéia de que discutir questões sexuais estimularia precocemente a sexualidade das crianças e adolescentes ainda existe no meio escolar. Segundo Camargo e Ribeiro (1999, p. 40) a discussão da necessidade da Educação Sexual na escola deveria estar superada, já que são notórias as conseqüências que essa falta de informação traz a nossa sociedade. Porém, não podemos perder de vista que, tendo sido formados para atuar no âmbito das situações de ensino-aprendizagem, com os conteúdos delimitados e fragmentados por disciplina, professores (as) se defrontam com a necessidade de avançar em uma direção com a qual não se sentem identificados: a sexualidade, a ética, os relacionamentos interpessoais, o respeito mútuo e questões relativas à cidadania. Trabalhar com estas questões exige revisão de conceitos, superação de preconceitos e

---

<sup>1</sup> Professora de Educação Física, Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da FCT/ UNESP de Presidente Prudente – SP; <rita\_limasantos@yahoo.com.br>

<sup>2</sup> Professor de Educação Física, Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da FCT/ UNESP de Presidente Prudente – SP; <alexspessoa@hotmail.com>

<sup>3</sup> Profª. Dra. do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/ UNESP – Presidente Prudente – SP; <liborio@fct.unesp.br>

estereótipos, reflexão sobre a própria sexualidade, lidar com tabus e com seus medos e vergonhas. Estes são alguns dos desafios que precisam ser enfrentados para a realização de um trabalho educativo sobre sexualidade.

Com a criação do tema transversal Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o assunto foi inserido de vez no âmbito escolar. A partir desta proposta fica evidente o interesse do estado pela sexualidade da população. A orientação sexual dentro da escola deverá fazer parte de toda prática educativa não se restringindo a uma única disciplina e cada uma das áreas abordará o tema por meio da sua própria proposta de trabalho. Portanto, cabe à escola – e não mais apenas à família – desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa sobre questões referentes à sexualidade, trazidas pelos alunos para dentro da escola.

O grande problema reside no vazio entre a teoria oficializada em diretrizes pelos PCN's e a prática no cotidiano escolar. Este fato deixa claro que não basta documentar e oficializar o tema sem sensibilizar, conscientizar e dar ferramentas aos professores (as) para o desenvolvimento de tal temática. Não existe uma exigência profissional específica para se exercer este trabalho durante as aulas. O que os PCN's propõem como pré-requisitos fundamentais ao professor (a) e que esteja disposto, seja flexível e aberto ao assunto, que adote uma metodologia de aula diferente e que entre em contato com as questões teóricas e discussões sobre temáticas específicas da sexualidade.

Apesar das dificuldades e limites encontrados, como já dito anteriormente, não podemos ignorar, esconder ou reprimir as manifestações da sexualidade em todas as faixas etárias. É preciso incentivar o debate e encontrar formas de incluir estas discussões no cotidiano escolar. Egypto nos diz que “a orientação sexual na escola não se confunde com as fórmulas fáceis de palestras eventuais [...] É um processo artesanal e elaborado, onde se constroem conhecimento, cidadania e mudança social.” (2003, p. 31). Devemos ter em mente que as temáticas da sexualidade são uma dimensão essencial da vida. Estando mais bem informadas, as pessoas podem se tornar mais livres e autônomas, ou seja, sujeitos de sua sexualidade, capacitadas a conduzir suas vidas de forma prazerosa, com saúde e bem estar.

## **PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NA ÁREA DA SEXUALIDADE**

Com relação às propostas de intervenção na área da educação afetivo-sexual, acreditamos que elas possam propiciar a minimização de comportamentos de risco para adolescentes e jovens.

Tal preocupação, felizmente não é só nossa, outros estudiosos comungam desses princípios e suas importâncias na contemporaneidade. Por exemplo, Rena (2001) discute a questão dos parâmetros atuais que regem a modernidade e a pós-modernidade, e como isso influencia no comportamento dos jovens com relação à sexualidade. O autor cita Lipovetsky para o qual “na pós-modernidade, o individualismo hedonista e personalizado se tornou legítimo e já não depara com oposição (...) e na sociedade reina a indiferença de massa” (LIPOVETSKY apud RENA, 2001, p.43).

Compartilhamos com Rena sua compreensão de que estamos presenciando a elevação do individualismo ao extremo, que acaba transformando os direitos dos indivíduos isoladamente como mais importantes que os direitos de grupos coletivos, ou seja, o bem-estar individual sobrepõe-se ao bem-estar coletivo. Além disso, acreditamos que a cultura pós-moderna, além de incrementar o individualismo, também é marcada pelas características consumistas e materialistas, que influenciam marcadamente o processo de personalização e construção de identidade.

Tal contexto traz como implicação que o processo de adolecer nessa sociedade exige um esforço redobrado por parte dos jovens para situarem-se nesse mundo, o que tem relação direta com a construção de sua sexualidade. Ferrari e Vecina sugerem que, para fazer frente a esse desafio colocado aos jovens, é necessária “uma educação para o desenvolvimento e exercício da sexualidade” (FERRARI E VECINA, 2002, p. 120) que leve em conta todas as suas dimensões, tais como o aspecto sócio-histórico, cultural e psicológico, de forma que passe a haver mais respeito, co-participação e co-responsabilidade nos relacionamentos interpessoais que busquem o exercício da sexualidade. Um projeto dessa natureza deveria ser guiado a partir dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e dos Direitos Sexuais Reprodutivos advindos de discussões de especialistas

em congressos nacionais e internacionais desde 1994, que concluíram que os novos direitos sexuais reprodutivos representam uma dimensão dos direitos humanos fundamentais já reconhecidos em normativas nacionais e internacionais.

Ainda, segundo os autores, a importância de se “decidir livremente e responsabilmente” (FERRARI E VECINA, 2002, p. 121) sobre a própria vida sexual e reprodutiva, exercê-la sem sofrer discriminação, coerção e violência são os motes principais dos direitos sexuais e devem ser ressaltados.

Outra informação importante se vê em Ribeiro (2001, p. 74), ao lembrar que em 1997 no XIII Congresso Mundial de Sexologia foi aprovada a “Declaração dos Direitos Sexuais”, ficando decidido que cada pessoa tem:

1) Direito à liberdade sexual – todos têm direito de expressar seu potencial sexual da forma como quiserem, entretanto não podem “forçar alguém a fazer sexo, explorar a sexualidade alheia ou abusar do outro” ;

2) Direito à autonomia sexual, integridade sexual e segurança dos órgãos genitais – a pessoa pode decidir como e com quem satisfará sua sexualidade, desde que “livre de tortura, mutilação e violência de qualquer tipo”;

3) Direito à privacidade sexual – existe o direito à intimidade, desde que isso não signifique interferência nos direitos sexuais dos outros;

4) Direito à igualdade sexual – que significa abolir todas as formas de discriminação, sejam pautadas no gênero, idade, raça/ etnia, classe social etc.;

5) Direito ao prazer sexual – o prazer sexual conduz ao bem-estar físico, psicológico, intelectual e espiritual, podendo fazer parte da vida das pessoas;

6) Direito à expressão sexual – podemos expressar a sexualidade por meio da comunicação, toques e do amor;

7) Direito à livre associação sexual – indica a possibilidade do casamento ou não, do divórcio e o estabelecimento de outras formas de associações sexuais.

8) Direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis – representa o direito de decidir sobre filhos e sobre os métodos contraceptivos seguros;

9) Direito à informação baseada no conhecimento científico;

10) Direito à educação sexual – esse é um processo que dura a vida toda e deve envolver várias instituições, como a escola;

11) Direito à saúde sexual – representa o cuidado com a saúde sexual, ou seja, estar disponível para prevenção e tratamento dos problemas sexuais e DST.

Paiva ajuda na discussão das questões trazidas até agora ao propor que, ao observarmos uma visão mais liberal sobre sexualidade, que pode estar impressa nas discussões dos direitos sexuais, a emergência da AIDS e o aumento de gravidez na adolescência, podemos pensar na importância de criarmos condições para estimular o fortalecimento do sujeito sexual que possa ser concretizado através do “falar e educar sobre o sexo” (PAIVA, 1996, p. 214). Em sua definição, sujeito sexual é “o indivíduo capaz de ser agente regulador de sua vida sexual” (PAIVA, 1996, p. 231), significando, na prática, desenvolver uma relação negociada com as normas da cultura, familiar e de grupo de pares e explorar (ou não) a própria sexualidade, independentemente da iniciativa do parceiro.

Abaixo apresentamos alguns questionamentos, no sentido de dimensionarmos a complexidade que envolve a questão dos trabalhos na área da sexualidade e afetividade junto aos adolescentes. A afetividade nos indica que não podemos abordar a sexualidade esquecendo-nos que ela é vivida, em grande parte dos casos, no interior de relacionamentos afetivos, ou seja, se pretendemos mobilizar a co-responsabilização na vivência da sexualidade juvenil, o compromisso com o parceiro é algo a ser problematizado junto a eles.

Será que em nosso país conseguimos enfrentar o desafio de transformar a plataforma da educação afetivo-sexual como pauta para as políticas públicas, em especial, quando pensamos nas Políticas Nacionais para a Juventude? No Brasil, as políticas públicas para a juventude não estão consolidadas de modo efetivo, sobretudo numa ótica participativa; isso nos leva a pensar que as políticas na área da sexualidade vivem as mesmas dificuldades.

Seriam os Temas Transversais, no caso da orientação sexual, presentes nos PCNs, recursos suficientes para a consolidação de ações promotoras de participação efetiva dos adolescentes e jovens em questões relacionadas às decisões sobre sua vida sexual e reprodutiva? Como ocorre a formação de professores, tanto em nível inicial e em serviço? Sua formação tem contemplado ações que visem a uma formação mais completa dos educadores, subsidiando-os para o desenvolvimento de projetos na área da educação afetivo sexual? As

políticas públicas na área da educação são suficientes para dar conta da amplitude e complexidade de ações na área da sexualidade juvenil, ou esse tema requer uma abordagem multidisciplinar? As propostas de projetos nessa área deveriam iniciar-se em que momento?

Os documentos Internacionais que discutem sobre os direitos da mulher e que analisam a condição da população e seu desenvolvimento expressam muita preocupação com a juventude, o que os leva a indicar a necessidade de programas de educação sexual e de Saúde Sexual e reprodutiva voltados à população jovem. Dentre os temas dessa formação, destacam-se não só o acesso aos serviços de saúde e informações mais objetivas sobre as práticas sexuais. De acordo com as autoras, enfatiza-se em tais documentos “ações de incentivo às atitudes responsáveis perante a sexualidade, a não discriminação das mulheres, à promoção da equidade de gênero e ao combate da violência sexual.” (PIROTTA, BARBOZA, PUPO, CAVASIN & UNBEHAUM, 2006).

Diversos estudos reforçam a idéia de que os adolescentes e jovens devem ter acesso a programas intersectoriais, que envolvam educação e saúde. Além disso, observaram os limites que os profissionais da educação sentem em razão da falta de acesso às discussões sobre sexualidade em sua formação, apresentada como possuindo lacunas quanto a esse tema. Os educadores revelaram que concordam com a necessidade de trabalhar com os alunos, não somente conteúdos objetivos relacionados à saúde sexual e reprodutiva, mas acreditam que os projetos com os adolescentes e jovens devem contemplar questões relativas às diferenças de gênero, valores culturais e sociais, preconceito, afetos e pressões grupais e pessoais vividos pelos jovens. Em nosso trabalho foram observadas dificuldades muito similares às expostas por parte dos educadores.

Inspirados em Feffermann e Figueiredo (2006), em seu projeto de intervenção na área da drogadição em escola pública em SP, apresentaremos algumas perspectivas que devem conter um trabalho na área da educação afetivo sexual a ser desenvolvido dentro de instituições educacionais, articuladas no interior de um projeto intitulado pelas autoras de “pesquisa entre pares”. Esse projeto prevê a participação direta dos estudantes na elaboração de propostas de intervenção na

área por eles escolhida (o que envolve a construção ativa do conhecimento, definição de objetivos, metodologias de trabalho).

A perspectiva que fundamenta a ação das autoras é a: “construção de sujeitos autônomos e conscientes de sua realidade, procurando possibilitar o protagonismo do jovem em todas as esferas de sua vida, desde questões políticas, no sentido macro, até questões interpessoais” (p.63). Segundo as autoras, suas diretrizes são:

A autonomia e o reconhecimento da identidade do outro associando-se para construir identidades mais aptas a incorporar a **responsabilidade** e a **solidariedade**. Neste sentido, a ética da identidade supõe uma racionalidade diferente daquela que preside a dos valores abstratos, porque visa a formar **pessoas solidárias e responsáveis por serem autônomas**.(FEFFERMANN & FIGUEIREDO, 2006, p. 64; grifo das autoras).

Em decorrência de tais pressupostos, podemos construir projetos no interior das escolas que expressem nosso comprometimento com a formação de adolescentes independentes emocional, intelectual e cognitivamente, ou seja, colaboramos com a construção de um pensamento crítico (FEFFERMANN & FIGUEIREDO, 2006).

Para tal desafio, alguns pressupostos norteadores de nossa prática deveriam ser “a construção coletiva, a perspectiva do contexto e do conteúdo a ser trabalhado, o respeito ao saber e à realidade do aluno” (FEFFERMANN & FIGUEIREDO 2006, p.67); ou seja, as autoras priorizam a valorização da experiência cotidiana do aluno e o conhecimento dela advindo, de modo a identificá-la com conhecimento legítimo, o que se torna algo interessante e significativo.

Fazemos questão de destacar que projetos na área da educação afetivo-sexual devem abordar com clareza os problemas ligados à sexualidade dos adolescentes. Todos os assuntos demandados devem ter ressonância dentro de informações adequadas em sua complexidade e especificidade, livres de doutrinamentos morais ou falácias ideológicas que permitam incutir fantasias persecutórias ou forradas de culpa e preconceitos.

Podemos apelar por uma postura ética tanto por parte dos responsáveis pelas políticas públicas quanto por parte de profissionais da educação, sejam secretários, diretores, supervisores ou professores. O ambiente escolar pode ser privilegiado até

para estender aos pais informações sobre a realidade em que seus filhos vivem, o que, se feito adequadamente, pode promover melhor integração e respeito no seio familiar.

## **JUSTIFICANDO O TRABALHO**

A prática saudável da sexualidade supõe a conjunção de vários fatores: o funcionamento do corpo, valores sociais, éticos e morais do meio social em que vive a pessoa, as leis culturais e a estrutura psíquica (SAYÃO, apud AQUINO, 1997). Assim, as informações puramente orgânicas, caracterizadas pelo aspecto informativo, biologizante e repressivo às manifestações da sexualidade, dizem respeito ao corpo de um sujeito teórico, objeto de estudo das ciências, anônimo, portanto, que não vive, não tem história, não deseja, não fala, não sofre, nem vivencia a angústia de crescer e amadurecer. Em certos períodos a educação afetivo-sexual na escola teve como finalidade somente o controle da natalidade e a prevenção as DST's.

No entanto, acreditamos, de acordo com vários estudos na área, que o trabalho de educação afetivo-sexual na escola deve ser um processo formal e sistematizado que objetiva o preenchimento de lacunas de informações, erradicação de tabus e preconceitos e a abertura para a discussão sobre emoções e valores que impedem o uso de conhecimentos. Contribuir para a construção de uma visão ampla, profunda e diversificada acerca da sexualidade é também função desse trabalho, pois a escola seria um espaço privilegiado para problematizar e discutir os temas relacionados à sexualidade de forma sistemática e respeitosa, interferindo positivamente na construção da sexualidade de cada aluno, possibilitando uma educação emancipadora. O ponto de partida é o olhar de cada um para si mesmo, para seus próprios valores, atitudes e sentimentos.

Auxiliar os (as) adolescentes a desenvolverem uma comunicação clara nas relações interpessoais, a elaborarem seus próprios valores a partir de um pensamento crítico e compreenderem seu comportamento frente a sua sexualidade e a do outro, envolve reflexão sobre valores e preconceitos. Estes eixos deveriam estar presentes no trabalho de educação afetivo sexual com adolescentes,

promovendo a mudança de estereótipos e enriquecendo a vivência da uma sexualidade saudável.

Contudo, o que presenciamos atualmente é que os jovens ainda são pressionados para ter uma vida sexual sem levar em conta o seu amadurecimento. Os diversos meios de comunicação, os colegas e até mesmo a família, incentivam as crianças e os adolescentes a fazer o que não lhes foi permitido. A sexualidade faz parte da vida das pessoas e das pautas de conduta culturalmente aprendidas. Não é possível conviver e educar para a transformação crítica e criativa da realidade sem uma reflexão sobre os temas que dela fazem parte.

Cabe dizer que a escola estará fugindo à sua responsabilidade ao conformar-se com a manutenção da desinformação, dos tabus e preconceitos. Segundo Sayão (1997), o cotidiano escolar, quando proíbe certas manifestações, quando chama atenção de certo aluno que se “excedeu” ou quando convoca os pais para uma conversa reservada sobre a sexualidade do seu (sua) filho (a), está reproduzindo certos valores morais repressivos. Mas segundo Suplicy et al. (2000)

Não há como escapar. Mesmo que a escola se omita, estará acontecendo algum tipo de educação sexual. Provavelmente repressiva, inadequada e deformadora. Não há garantia de que o aluno venha a receber na rua ou através dos meios de comunicação as informações necessárias para uma vida afetiva e sexual harmoniosa.

Diante do exposto, fica claro que o trabalho de educação afetivo-sexual na escola é de extrema relevância para a formação humana dos sujeitos e pode contribuir para a construção de visões positivas e críticas frente à sexualidade, vista como fonte de prazer e de realização do ser humano e não mais apenas reduzida aos aspectos biológicos, fisiológicos e de reprodução, assim como a conscientização das responsabilidades necessárias a sua prática saudável.

## **A REALIZAÇÃO DO TRABALHO**

### **Convite ao LDH**

A realização deste trabalho se originou de um pedido feito por parte da direção, de uma escola da rede pública estadual do município de Presidente Prudente, as pesquisadoras do Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH) da FCT/ UNESP que realizavam uma pesquisa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação de Presidente Prudente<sup>4</sup>. Segundo a direção, os adolescentes das sétimas e oitavas séries do ensino fundamental estariam manifestando um comportamento extremamente sexualizado e a equipe escolar não estaria sabendo como lidar com a situação. Após uma primeira reunião com a presença da diretora da escola, da coordenadora do laboratório e de seus orientandos, onde foram apresentadas as dificuldades e necessidades da escola, avaliamos a viabilidade do projeto e devido à agenda dos integrantes do laboratório decidimos que teríamos condições de aplicá-lo em apenas uma sala.

A definição da sala de aula a ser trabalhada foi feita pela própria escola, em razão das diversas manifestações comportamentais dos adolescentes que expressaram, sob o olhar da escola, importantes indicadores da necessidade de haver um trabalho na área da educação afetivo-sexual com a turma.

A turma escolhida pela direção foi uma sétima série do ensino fundamental, com 34 alunos matriculados.

### **A fase de planejamento**

Algumas reuniões preliminares foram feitas entre os educadores e os profissionais envolvidos no trabalho. O planejamento das atividades, segundo BARROSO & BRUSCHINI (2000), é fase fundamental, por dois motivos: 1) a sensibilização do educador, que pouco a pouco vai se desinibindo e passa a falar com naturalidade de temas mais controvertidos. Nas reuniões, cada um coloca seu ponto de vista, de sorte que os valores adquiridos desde a infância, os preconceitos e os temores vão aos poucos sendo desvendados e revelados ao grupo e, cada vez mais, todos vão se sentindo mais à vontade para dizer o que pensam; 2) a

---

<sup>4</sup> Projeto de pesquisa intitulado “A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais de educação do município de Presidente Prudente” que contou com o financiamento da CNPq através de quatro bolsas de iniciação científica (PIBIC).

preparação em conjunto do material que será usado com os jovens para debater os temas ao longo dos programas.

As reuniões e a participação dos professores nas aulas durante o desenvolvimento do projeto tiveram o objetivo de fazer com que os (as) professores (as) adquirissem cada vez mais confiança e desenvoltura, para desenvolverem com mais autonomia os seus trabalhos. Essa foi uma de nossas fortes intenções, considerando que se entende que são os (as) profissionais da escola, diretamente responsáveis pela formação dos alunos.

No primeiro momento do planejamento fizemos um levantamento do interesse dos adolescentes: elaboramos algumas questões para levantar o universo de curiosidades dos alunos, no sentido de conhecer suas dúvidas e ansiedades acerca da sexualidade. Assim, o trabalho em sala de aula foi realizado de acordo com os interesses dos (as) alunos (as).

Nessa fase visitamos a sala na qual foi realizado o trabalho, para uma breve conversa sobre o assunto. Perguntamos a ele (a)s sobre o interesse em discutir o tema e, em seguida, entregamos três questionários. O primeiro, contendo as seguintes questões:

1. *Você acha importante a discussão sobre sexualidade na escola? Porquê?*
2. *Quais questões, relacionadas à sexualidade, você gostaria que fosse discutida na sala de aula?*
3. *Qual (ou quais?) dos seus professores, você gostaria que participasse dos encontros? Escolha um, ou mais professores que você se sinta mais a vontade para discutir esse tema.*

As respostas a estas questões foram tabuladas para conhecermos as dúvidas mais freqüentes dos alunos e, assim, elaboramos um cronograma de atividades com os temas levantados por eles. As respostas foram divididas em categorias de gênero, tanto neste como em outros questionários, pois dessa forma poderemos entender quais as opiniões e dúvidas maiores entre meninos e meninas. Os nomes dos alunos não foram colocados nos questionários para que se sentissem mais a vontade para apontarem suas dúvidas, medos e darem suas opiniões.

Foram aplicados 33 questionários, sendo que um dos alunos não respondeu. A maioria dos alunos (32) apontou que é importante discutir sobre sexualidade na escola. Os temas mais citados como preferenciais para discussão foram DST's, prevenção, relação sexual, namorar e ficar e idade para iniciar a vida sexual. Outros temas também foram citados com menor relevância (gravidez precoce, corpo e prazer). Os (as) professores (as) apontados pelos alunos para acompanhar as atividades foram as professoras de matemática e de português.

O segundo e o terceiro questionários foram retirados do livro *Sexo e Juventude*, de Bruschini e Barroso, com a finalidade de conhecer informações relacionadas aos conhecimentos biológicos e valorativos sobre sexualidade, trazidos pelos adolescentes. O questionário nº 2 tinha como intuito levantar informações mais objetivas e todas as afirmações nele contidas apresentam respostas certas ou erradas. No entanto, o questionário nº 3, diferente do anterior, não tem respostas certas ou erradas. As afirmações foram elaboradas com a intenção de provocar o questionamento de alguns valores associados à prática da sexualidade. O objetivo deste questionário é o de perceber se os jovens, no início do programa, demonstram atitude mais liberal ou conservadora em relação a essa temática, a fim de orientar a elaboração dos debates subsequentes.

A partir da análise conjunta dos resultados foi elaborado um cronograma para a realização das Oficinas Temáticas.

Ressaltamos que a utilização do termo "oficina" não será por acaso. No Dicionário Aurélio (1986) oficina é o "lugar onde se exerce um ofício (...) lugar onde se verificam grandes transformações". De acordo com Rena (2001), a realização das oficinas consiste precisamente na prática do ofício de pensar sobre a vida e senti-la em vista de pequenas e grandes transformações.

A oficina é pensada por Afonso (apud Rena, 2001), como um trabalho estruturado em grupos, podendo incluir vários encontros, mas sendo sempre focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar. A elaboração que se busca na oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, seus sentimentos, formas de pensar e agir.

As oficinas temáticas foram organizadas da seguinte forma:

**1) Papéis sexuais e relações de gênero;**

- 2) **Diversidade sexual;**
- 3) **Corpo Humano – transformações do corpo na puberdade: aspectos anatômicos e fisiológicos;**
- 4) **Os Sentidos – o corpo além do aspecto físico;**
- 5) **Doenças Sexualmente Transmissíveis**
- 6) **Gravidez na Adolescência;**
- 7) **A primeira vez;**
- 8) **Violência sexual contra crianças e adolescentes;**
- 9) **Avaliação e Confraternização**

### **Os encontros**

Em virtude do limite de páginas apresentaremos apenas os objetivos que pautaram as discussões em cada encontro.

**1º encontro:** Construção histórico-cultural do que é ser homem ou mulher e as influências dessa construção nos comportamentos e papéis assumidos na sociedade.

**2º encontro:** Continuação do 1º encontro. Realização de dinâmicas que proporcionaram discussões sobre os papéis sociais e sua relação com a construção do gênero.

**3º encontro:** Projeção do filme: Cruzeiro das Loucas, seguido de discussão sobre identidades sexuais, orientação sexual e homofobia.

**4º encontro:** Discussão sobre puberdade; Funcionamento do aparelho reprodutor feminino e masculino, hormônios, menstruação, etc.

**5º encontro:** Adolescência: transformações psicológicas e sociais; Discussão sobre padrões de corpo e beleza

**6º encontro:** Exposição e debate com sobre doenças sexualmente transmissíveis e cuidados com a saúde sexual.

**7º encontro:** Projeção do filme: Meninas: que discute a gravidez na adolescência; Discussão sobre aborto.

**8º encontro:** Discussão sobre virgindade, namoro e “ficar”, atração e prazer sexual.

**9º encontro:** Discussão sobre o Abuso e Exploração Sexual contra mulheres, crianças e adolescentes e direitos sexuais.

**10º encontro:** Avaliação por escrito. Os alunos receberam um roteiro de questões que foram as seguintes: O que acharam do projeto? O que acharam da postura dos educadores? O que vocês mais gostaram? O que vocês não gostaram? Qual tema mais gostou de discutir? Que sentimentos as aulas de Educação Afetivo-Sexual causaram em você?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De maneira geral, podemos concluir que o projeto cumpriu com todos objetivos iniciais. Chegamos ao fim desse trabalho com a sensação de ter estabelecido relações positivas com os alunos, e através disso, pudemos proporcionar a revisão de alguns conceitos que circundam o universo da sexualidade. Refletimos sobre aspectos como auto-estima, relações de gênero, diversidade sexual, comunicação, cidadania, gravidez precoce, DST's, entre outros temas, promovendo uma visão ampla acerca da sexualidade.

A avaliação por parte dos alunos foi extremamente positiva. Uma das respostas que surgiu e que acreditamos ser importante ressaltar para levarmos em consideração nos diferentes espaços de formação com adolescentes, portanto, na escola: "*Podemos dar nossa opinião em tudo*".

Partindo do exposto, acreditamos que as oficinas oportunizaram aos adolescentes a participação em um processo educativo que possibilitou a reflexão sobre a autonomia na vivência de uma sexualidade saudável e criação e manutenção de posturas conscientes e de respeito frente a sua sexualidade e a do outro.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Estudos feministas**. [S.l.], ano 9, p. 575-585, 2º semestre, 2001.

BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Sexo e juventude**. São Paulo: Cortez, 2000.

CAMARGO, A. M. F. & RIBEIRO, C. **Sexualidades(s) e Infância(s): a sexualidade como tema transversal**. Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1999.

EGYPTO, A. C. (Org.) **Orientação sexual na escola- um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez, 2003.

FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C.(orgs). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo; Ágora; 2002.

FIGUEREDO, R; FEFFERMANN, M. **Redução de danos como estratégia de prevenção de drogas entre jovens**. BIS. Boletim do Instituto de Saúde, v. 40, p. 00-100, 2006.

RENA, L. C. C. B. **Sexualidade e adolescência: as oficinas como prática pedagógica**. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica. 2001.

RIBEIRO, M. Será que sou normal – comportamento sexual. In: Programa Nacional do Livro Didático. **Sexualidade: prazer em conhecer**. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 2001.

PAIVA, V. Sexualidades Adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (org.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 213-233.

SAYÃO, R.. Saber o Sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, J. G. (org). **Sexualidade na Escola**. São Paulo: Summus, 1997.

SUPLICY, M. (org). **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Olho D'água, 2000.